

SUMÁRIO

Autores	19
---------------	----

PARTE III

ASPECTOS TECNOLÓGICOS: EMPRESA E DESENVOLVIMENTO

1. Revisitando a Nova Empresarialidade a partir do Marco Civil em Contexto de Internet das Coisas, 27

ADALBERTO SIMÃO FILHO

Introdução.....	27
1. A atividade empresarial ética em face dos direitos e garantias do usuário	29
2. Desafios empresariais – Paradoxo decorrente da utilização dos dados maciços	33
3. A atividade empresarial em tempos de internet das coisas	38
3.1. A influência da ecoeconomia e da termodinâmica na construção do novo paradigma denominado Internet das Coisas – IdC	40
3.2. Há uma terceira revolução gerada pela IdC?	43
Aspectos conclusivos	45
Bibliografia	47

2. O Marco Civil da Internet e as Liberdades de Mercado, 49

EDUARDO TOMASEVICIUS FILHO

1. Introdução: a Internet e as novas formas de comércio.....	49
2. Como a Internet interfere no funcionamento do mercado?	52
3. O Marco Civil da Internet e as liberdades de mercado.....	55
4. Outra polêmica envolvendo liberdades de mercado: a neutralidade da rede	58
5. De que maneira o Marco Civil da Internet pode contribuir para as liberdades de mercado?	60
6. Considerações Finais	62
Referências Bibliográficas	63

3. Governança da internet, Marco Civil da Internet e Mercado de Capitais, 65

RENATA WEINGRILL LANCELOTTI

1. Considerações Iniciais	65
2. Governança da Internet e o Marco Civil da Internet	66
4. Práticas de governança da internet adotadas pelo Mercado de Capitais	73
4. Conclusão	85
5. Bibliografia	86

4. Livre concorrência e Internet: A Importância da Neutralidade de Redes para o Contínuo Desenvolvimento da Web, 87

CAROL ELIZABETH CONWAY

1. Primeira Geração Normativa	88
2. Segunda Geração Normativa	91
3. Neutralidade de Redes e Defesa da Concorrência – o debate no Direito Comparado	100
Conclusão	107

5. O Princípio da Neutralidade e o Marco Civil da Internet no Brasil, 109

PAULA A. FORGIONI & MAIRA YURIKO ROCHA MIURA

Introdução	109
A Revolução da <i>Internet</i>	111
A Neutralidade de Rede	112
Controvérsias sobre a neutralidade. Os principais argumentos	116
O Marco Civil da <i>Internet</i>	125
A neutralidade como diretriz do processo de aplicação/interpretação da Lei n. Lei nº 12.965/2014	131
Conclusão	132
Bibliografia	133

6. O Marco Civil e a Importância da Neutralidade da Rede: Evidências Empíricas no Brasil, 137

PEDRO HENRIQUE SOARES RAMOS

Introdução	137
O que é Neutralidade da Rede	138

Os Efeitos sobre Inovação	141
Os Efeitos para os Usuários da Rede	144
Direções para Futuros Estudos.....	152
Referências	153

7. A Acessibilidade e o Direito de Navegar na Web, 155

BRUNA CASTANHEIRA DE FREITAS

1. Introdução	155
2. Acessibilidade: Do Mundo Físico ao Digital	155
3. Acessibilidade na Web	159
4. Acessibilidade na Web e o Marco Civil da Internet	162
5. Considerações Finais	166
Referências Bibliográficas	167

8. A Guarda dos Registros de Conexão e dos Registros de Acesso às Aplicações no Marco Civil, 169

FABIO NORI

1. A Definição de Registro	169
2. A tutela dos registros e a necessidade de guardá-los	170
3. Os registros com dados pessoais e os registros dados anônimos	173
4. Diferenças entre registro e interceptação de informação	175
5. As espécies de registros quanto à sua guarda	176
5.1. Os registros de guarda obrigatória	177
5.1.1. O esgotamento do IPv4 e os registros de conexão e de acesso às aplicações	178
5.2. Os registros de guarda necessária.....	180
5.3. Os registros cuja guarda é vedada	182
5.4. Os registros de guarda permitida mediante autorização do usuário.....	182
6. A guarda dos registros	183
7. A guarda dos registros da conexão compartilhada.....	186
8. Conclusão	188
Referências Bibliográficas	188

055809

23 SET. 2016

9. O Capitalismo Eletrônico Informático. Sistemas “High Frequency Trading” ou “algotraders” das corretoras de valores. Plataformas de “crowdfunding”, 191

ILENE PATRÍCIA DE NORONHA NAJJARIAN

Introito	191
1. Do Capitalismo Eletrônico Informático	193
2. Os contratos telemáticos quando ofertados publicamente	205
Conclusão	209
Bibliografia	210

**10. Sigilo das Comunicações Eletrônicas
Diante do Marco Civil da Internet, 211**

JOÃO FÁBIO A. AZEREDO

1. Introdução	211
2. Sigilo de Dados: Quais Dados?	213
3. A possibilidade, ou não, do afastamento do sigilo da comunicação de dados	218
4. A extensão da proteção dada à comunicação de dados	221
5. Proteção ao sigilo das comunicações privadas armazenadas	226
6. Sigilo das comunicações diante do Marco Civil da Internet – conclusão	228
Referências Bibliográficas	230

11. Marco Civil da Internet: Mercado e Estado de Vigilância, 233

MARCO A. BARBOSA

Introdução	233
1. Contextualizando a internet, seu uso e a adoção do marco civil no Brasil	234
2. O lobby das telecomunicações	236
3. Efeito Snowden	238
4. O Poder das Teles	239
5. Marco Civil em segundo plano	241
6. Liberdade de expressão, privacidade, ou negócios lucrativos no estado de vigilância?	243
Considerações Finais	249
Referências	250

12. Marco Civil da Internet no Brasil e Regulação e/ou Governança da Internet no Mundo, 253

EMERSON WENDT

1. Introdução	253
2. A Governança e a Regulação da Internet no Brasil	257
2.1. Função e atribuições do Comitê Gestor da Internet no Brasil ...	260
2.2. A regulação da Internet no Brasil: Marco Civil da Internet	262
3. A Governança e a Regulação da Internet no Mundo	265
3.1. A governança da Internet mundial	265
3.2. Modelos de governança em debate: a tendência <i>multistakeholder</i>	267
4. Globalização, Regulações e Governança da Internet: Conclusões	270
Bibliografia	273

PARTE IV

ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS RELEVANTES DO MARCO CIVIL

1. Marco Civil da Internet: Avanço ou Retrocesso? A Responsabilidade Civil por Dano Derivado do Conteúdo Gerado por Terceiro, 277

ANDERSON SCHREIBER

1. Introdução	277
2. Liberdade de expressão no universo virtual. Redes sociais e <i>hate speech</i> . Determinismo tecnológico e o papel do Direito. A responsabilidade civil por dano derivado de conteúdo gerado por terceiro	278
3. Posicionamento da jurisprudência brasileira anteriormente ao Marco Civil da Internet. A questão da identificação do terceiro. A importação do <i>notice and takedown</i>	284
4. O artigo 19 do Marco Civil da Internet: flagrante retrocesso. Engessamento da tutela. Nem <i>notice</i> , nem <i>takedown</i> . Importação ou deturpação?.....	289
5. Inconstitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet. Violação à garantia constitucional de reparação plena e integral por danos à honra, à privacidade e à imagem (CF, art. 5º, X). Violação ao princípio do acesso à Justiça (CF, art. 5º, XXXV). Desrespeito à vedação de retrocesso. Inversão axiológica	292

6. Uma proposta de salvação: interpretação conforme art. 5º, X, da Constituição da República. Exegese do art. 21 do Marco Civil da Internet. Identidade de fundamento. Desnecessidade de notificação judicial	295
7. O problema da supressão. Outros remédios aplicáveis ao ambiente virtual: desidentificação, indexação adequada, contextualização. Direito ao esquecimento na internet.....	298
8. A questão do conteúdo próprio. O caso Nissim Ourfali e o direito de arrendimento na postagem de conteúdo próprio	300
9. Conclusão	304

2. Uma Análise Crítica da Responsabilidade Civil dos Provedores na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), 307

CLAUDIO LUIZ BUENO DE GODOY

1. A proposta do estudo.....	307
2. O entendimento sedimentado sobre a responsabilidade dos provedores antes do Marco Civil.....	308
3. A disposição da matéria na Lei nº 12.965/2014	310
4. Uma análise crítica da matéria no Marco Civil	312
5. Uma proposta de interpretação da disciplina do Marco Civil em matéria de responsabilidade dos provedores	316
6. Conclusão	319
Referência bibliográficas.....	320

3. Marco Civil da Internet e Direito Autoral: Responsabilidade Civil dos Provedores de Conteúdo, 321

SILMARA J. DE A. CHINELLATO

1. Princípios expressos no Marco Civil: a ênfase à liberdade de expressão	322
2. Responsabilidade civil: aspectos fundamentais	325
3. Responsabilidade civil por violação a direito de autor, na internet	329
Conclusões.....	337
Referências	338

4. Responsabilidade Civil no Comércio Eletrônico: A Livre-iniciativa e a Defesa do Consumidor, 341

TARCISIO TEIXEIRA

Introdução.....	341
1. Comércio Eletrônico	341
2. A Regulamentação e a Proteção dos Consumidores na Internet	343
3. Responsabilidade Civil – Fundamentos.....	347
4. Contornos da Responsabilidade dos Intermediários	354
5. Os Modelos de Intermediação na Internet.....	357
6. A Responsabilidade dos Intermediários no Comércio Eletrônico de Acordo com a Jurisprudência.....	365
7. A Livre-iniciativa e a Defesa do Consumidor	369
Conclusão	372
Referências Bibliográficas	373

5. As Cinco Faces da Proteção à Liberdade de Expressão no Marco Civil da Internet, 377

CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA

1. Introdução	377
2. Fundamentos da proteção à liberdade de expressão	378
2.1. Liberdade de pensamento e de expressão.....	380
3. Liberdade de expressão como fundamento da disciplina do uso da Internet no Brasil	382
4. Liberdade de expressão como princípio da disciplina do uso da Internet no Brasil	385
4.1. A tutela da liberdade de expressão nos Estados Unidos	385
4.2. A vedação ao anonimato no Direito brasileiro.....	388
4.3. Liberdade de expressão e anonimato na Internet	390
4.4. O caso do aplicativo Secret.....	391
5. Liberdade de expressão como condição para o pleno exercício do direito de acesso à Internet	396
6. Liberdade de expressão como parâmetro a ser ponderado em casos de responsabilidade civil de provedores	398
6.1. Lições de um precedente argentino	399
6.2. Liberdade de expressão e danos no Marco Civil.....	403
7. Liberdade de expressão e direitos autorais.....	405
Conclusão	407
Bibliografia	407

**6. O Dever de Guarda de Registro de Aplicações
Mediante Notificação Extrajudicial na
Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), 409**

SILVANO JOSÉ GOMES FLUMIGNAN

1. Proposta do Ensaio	409
2. A contextualização do provedor de aplicação na Lei nº 12.965/14.....	411
3. A boa-fé objetiva no “Marco Civil da Internet”	415
4. Da guarda do registro de acesso e aplicações da internet: permanência da notificação extrajudicial (arts. 15 e 22).....	418
Conclusões.....	426
Referências bibliográficas	426
Decisões mencionadas	427

7. Os Registros Públicos e a Internet, 429

RENATA MOTA MACIEL MADEIRA DEZEM

1. Introdução	429
2. A razão de ser dos registros públicos	429
3. A publicidade como elemento essencial do sistema registrário	432
4. A internet e a publicidade	436
5. Novos caminhos	440
6. A prestação do serviço de registro e de notas por meio da internet	444
6.1. Registro Civil de Pessoas Naturais	444
6.2. Tabelionato de Notas.....	445
6.3. Tabelionato de Protesto	446
6.4. Registro de Imóveis	447
7. Conclusão	451
Bibliografia	452

**8. Provas digitais: Limites Constitucionais
e o Marco Civil da Internet, 455**

AUGUSTO TAVARES ROSA MARCACINI

I. Introdução.....	455
II. Considerações gerais sobre a prova.....	455
1. Direito à prova e seus limites.....	455
2. Vedação à prova ilícita.....	456
3. Licitude das provas e a proteção ao sigilo de dados e à comunicação.....	458

4. Apreciação racional da prova e as provas digitais	466
III. O Marco Civil e a obtenção da prova	468
1. Disposições do Marco Civil que se relacionam à prova	468
2. Prova mediante interceptação ou apreensão de dados digitais	468
3. Outras disposições sobre prova digital e considerações sobre sua valoração	470
IV. Conclusões	472
Bibliografia	472

9. A Requisição Judicial de Registros de Conexão e Aplicações no Marco Civil, 475

RAFAEL FERNANDES MACIEL

I. Introdução	475
II. Utilidade dos registros	477
III. Quanto à necessidade de ordem judicial	480
IV. Legitimidade ativa	487
V. Destinatários da ordem (Legitimidade passiva)	487
VI. Momento processual	488
VII. Requisitos para concessão da ordem judicial	491
VIII. Segredo de Justiça	493
IX. Considerações finais	494
X. Bibliografia	495
Links da Internet	495
Legislação	495

10. Marco Civil da Internet: Implicações Jurídico-Processuais da Lei 12.965/14, 497

CAMILO ZUFELATO & SILVIO SPONCHIADO NETO

1. Internet e seu Marco Civil no Brasil	497
2. A função social da internet, liberdade de expressão e a garantia da privacidade dos usuários numa perspectiva constitucional	499
3. Implicações jurídico-processuais da Lei 12.965/14: tutela específica, tutela geral e outras questões atinentes ao processo civil	505
3.1. As espécies de tutela processual aplicáveis	509
4. Conclusões	520
Referências	521

11. Sistemas Informatizados de Processo Judicial X Adesão a Padrões Tecnológicos Abertos Previstos no Marco Civil, 523

ANA AMELIA MENNA BARRETO

1. Marco legal do processo eletrônico	523
2. Uso da tecnologia da informação no Poder Judiciário.....	524
Conselho Nacional de Justiça – Sistema Projudi.....	524
Supremo Tribunal Federal	524
Superior Tribunal de Justiça	525
Tribunais Regionais Federais	526
Justiça Trabalhista.....	527
Tribunais de Justiça Estaduais.....	527
3. Modelo Nacional de Interoperabilidade	528
4. Padrões tecnológicos previstos no Marco Civil.....	530
5. Conclusão.....	532

PARTE V

A CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO

1. O “Marco Civil da Internet”, a Comparação de Direitos e o Futuro, 541

JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO

1. A Lei nº 12.965, de 23.04.14	541
2. O confronto com a situação em Portugal e na União Europeia	543
3. As “Disposições Preliminares”: vacuidade formal e valia substancial	544
4. Os direitos e garantias dos usuários. Os dados pessoais	546
5. A neutralidade da rede	547
6. Os registros de conexão e de acesso a aplicações da internet, os dados pessoais e as comunicações privadas	549
7. A competência da lei brasileira	551
8. O desafio da digitalização e o poder público.....	552
9. Interface com outros ramos do Direito: Consumidor e Autoral. O futuro	554

2. La Responsabilidad de los Buscadores de Internet, 557

RICARDO L. LORENZETTI

1. Introducción. Los desarrollos tecnológicos y los derechos personalísimos	557
2. Los derechos fundamentales en juego: Libertad de expresión y derechos personalísimos	558
3. La responsabilidad de las empresas que gestionan los buscadores de internet.....	559
4. El problema de la antijuridicidad	560
5. Uso de la imagen y responsabilidad de los buscadores	563
6. Prevención del daño y tutela sustancial inhibitoria. Su carácter iusfundamental	564
7. Conclusión.....	567

3. Os Contratos Eletrónicos na União Europeia e em Portugal, 569

MÁRIO FROTA

I. Introdução.....	569
II. Dos Contratos Eletrónicos (Modalidade dos Contratos à Distância).....	571
1. Noção	571
2. Âmbito de aplicação.....	572
3. Contratos excluídos do regime legal aqui consagrado	572
III. Da Formação do Contrato	574
1. Requisitos de fundo	574
1.1. Dos requisitos em geral	574
1.2. Do consentimento: livre, esclarecido e ponderado	574
1.2.1. Da liberdade.....	574
1.2.1.1. Em geral	575
1.2.1.2. Do assédio	575
1.2.1.3. Da influência indevida.....	576
1.2.1.4. Critérios de aferição dos meios ilícitos adoptados ou empregues: os remédios.....	577
1.2.1.4.1. Os critérios	577
1.2.1.4.2. Os remédios	578
1.2.2. Do esclarecimento	579
1.2.2.1. Da informação pré-contratual.....	579
1.2.2.2. Das menções obrigatórias	583
1.2.2.3. Consequências em caso de inobservância.....	583
1.2.3. Da ponderação ou reflexão	585
2. Requisitos de forma	585

2.1. Do contrato e seu suporte	585
2.2. Complementares exigências de forma	586
2.2.1. Contratos por via electrónica.....	586
2.2.2. Obrigação de pagamento	587
2.2.3. Conclusão da encomenda "By Now" (compre agora).....	587
2.3. Condições Gerais do Contrato.....	587
3. Proposta contratual e convite a contratar	588
4. Ordem de encomenda e aviso de recepção	588
5. Confirmação da celebração do contrato	589
6. Comunicações não solicitadas	590
7. Ónus da prova	592
IV. Da Ponderação ou Reflexão	592
1. Razão de ser	592
2. Direito de retractação ou desistência: noção	593
3. Características	594
4. Excepções ao regime-regra	595
5. Meios	596
6. Dos prazos.....	597
7. Exercício do direito de retractação	598
8. Omissão de informação sobre o direito de retractação: efeitos.....	599
9. Efeitos	599
9.1. Efeitos directos e imediatos	599
9.2. Efeitos nos contratos acessórios	599
10. Obrigações decorrentes da retractação ou desistência.....	601
10.1. Do fornecedor	601
10.2. Do consumidor	601
11. Manipulação dos bens no decurso do período de reflexão.....	603
12. Prestações de serviço durante o período de reflexão ou ponderação	603
13. Ónus da prova	604
Bibliografia	604
Anexo: Formulário de Retractação	605

4. *Internetrecht*: Aspectos de Direito Comparado Alemão, 609

ALESSANDRO HIRATA

1. Introdução	609
2. Responsabilidade dos provedores	610
2.1. Provedor de conteúdo	610
2.2. Provedor de acesso	613

2.3. Provedor de hospedagem.....	615
2.4. Responsabilidade por <i>hyperlinks</i>	617
3. Conclusões.....	617

5. Marco Civil da Internet e Guerra Cibernética: Análise comparativa à luz do Manual de Talin sobre os Princípios do Direito Internacional aplicáveis à Guerra Cibernética, 619

LUIZ FABRICIO THAUMATURGO VERGUEIRO

1. Introdução	619
2. O Marco Civil da Internet brasileira.....	621
3. Manual de Talin sobre o Direito Internacional Aplicável à Guerra Cibernética	629
3.1. Afirmação da Aplicabilidade do Direito Internacional Costumeiro e Convencional à Guerra Cibernética	632
3.1.1. Soberania – Um Estado pode exercer o controle sobre infraestrutura e as atividades cibernéticas no interior de seu território soberano	633
3.1.2. Jurisdição – Sem prejuízo das obrigações internacionais aplicáveis, um Estado pode exercer sua jurisdição: a) sobre pessoas envolvidas em atividades cibernéticas no seu território; b) sobre a infraestrutura cibernética localizada em seu território; e c) extraterritorialmente, de acordo com o Direito Internacional.....	635
3.1.3. Responsabilidade pelo Controle da Infraestrutura Cibernética – Um Estado não pode conscientemente permitir que a infraestrutura cibernética localizada em seu território seja usada para causar danos ou afetar ilegalmente outros Estados	637
4. Conclusões.....	638
Referência Bibliográfica.....	639

6. The Emergence of Net Neutrality Regulation in Canada: How Canada Developed a Consensus Policy on One of the Internet's Most Contentious Issues, 641

MICHAEL GEIST

1. Introduction	641
2. 2004-06: The Net Neutrality Warning Signs in Canada	644
3. 2006-09: The Demand for Net Neutrality Regulation Mounts in Canada.....	647

4. 2009: The CRTC Establishes Internet Traffic Management Practices (ITMPs)	666
a. The Technical Issues	666
b. Groups Supporting Net Neutrality	667
c. Against Net Neutrality	673
d. The Decision	678
5. 2009-12: Enforcement of ITMPs and other Net Neutrality Laws	680
6. Conclusion	685